

REQUERIMENTO

Construção de hotel de 4 estrelas em Água d'Alto, Vila Franca do Campo

O conselho de governo de dia 27 de maio de 2021, que o Governo dos Açores aprova uma resolução que autoriza a realização das operações urbanísticas que a empresa Fogo, Unipessoal, Lda, que se propõem realizar a construção de um novo empreendimento turístico, na tipologia de hotel, com a categoria de quatro estrelas, na freguesia de Água d' Alto, no concelho de Vila Franca do Campo, com 86 camas.

Continua a ler-se no mesmo ponto que esta autorização decorre A autorização concedida decorre do regime das medidas cautelares estabelecidas no Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2019/A, de 24 de julho, que determinou a suspensão parcial do POTRAA – Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto –, com incidência nas normas que visam o controlo do crescimento da oferta de alojamento turístico na ilha de São Miguel.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os deputados signatários solicitam ao Governo Regional dos Açores os seguintes esclarecimentos:

- 1 – Localização, tipologia de edifício/os, com área/as de implementação do hotel na freguesia de Água d'Alto no Concelho de Vila Franca do Campo;
- 2 – Cópia do processo de solicitação e autorização de licenciamento para a realização das operações urbanísticas da empresa Fogo, Unipessoal, Lda.
- 3 – Estando o POTRAA (Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores), suspenso desde 2019 para revisão e tendo o Governo Regional dos Açores tomado posse há 6 meses, não seria mais prudente terminar a sua revisão antes de fazer novos licenciamentos de unidades hoteleiras nos Açores?
- 4 – Quando estima o Governo Regional dos Açores concluir a revisão do POTRAA?
- 5 – Que garantias de viabilidade e sustentabilidade económica são solicitadas pelo Governo Regional dos Açores a novas empresas de investimento turístico que surgem no mercado, para que no futuro estes avultados investimentos edificados não fiquem ao abandono, evitando assim impactos negativos ambientais e paisagísticos?

Horta, 21 de maio de 2021

Os deputados regionais



Elisa Sousa

António João

João